

POR UMA “ARQUEOLOGIA” DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS: A REFORMULAÇÃO DE LIVROS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Adriana Pozzani de La Vielle e Silva

RESUMO: O presente artigo baseia-se em minha Dissertação de Mestrado e toma o processo discursivo de reformulação de livros como objeto de análise. Inscrevendo-se na linha franco-brasileira de Análise do Discurso, este texto procura a “gênese” do referido processo, examinando, para tanto, o funcionamento da autoria. A reflexão permite explicitar as relações entre a reformulação de livros – responsável por fomentar a continuidade das ciências – e as condições sócio-históricas em que é produzida tal reformulação. Toma-se por pressuposto a indissociabilidade entre prática de linguagem (discurso) e sociedade.

Palavras-chave: saber; domínio de memória; acontecimento

INTRODUÇÃO

Este artigo, inscrito na linha franco-brasileira de Análise do Discurso, trata-se de um pequeno recorte adaptado de minha Dissertação de Mestrado, Pesquisa esta que, tendo sido produzida sob a orientação segura da Prof.^a Dr.^a Freda Indursky, foi defendida em janeiro de 2009 no Programa de

Pós-graduação em Letras da UFRGS, sob o título “Entretectualidade nas fronteiras do enunciável: um olhar sobre o processo discursivo de reformulação de livros” (cf. Silva, 2009). Sendo o presente artigo apenas um recorte de um trabalho mais amplo, o propósito que aqui nos mobiliza consiste apenas em examinar as condições sócio-históricas, ideológicas, responsáveis por engendrar a chamada “edição revista”. Para tanto, faz-se necessário inscrever esta última na historicidade, buscar seu domínio de memória, a fim de compreender os “novos” movimentos interpretativos do sujeito-autor, sujeito este que, por meio de uma contra-identificação, traz, ao interior do campo científico no qual se inscreve, saberes das mais variadas procedências interdiscursivas. Por aí se instaura um *acontecimento enunciativo*, tal como este é concebido por Indursky (2008).

Diante do que precede, seguem-se as questões norteadoras da presente reflexão: como se podem entrever as relações entre a reformulação de livros – responsável por fomentar a continuidade das ciências – e as condições sócio-históricas (ideológicas) em que é produzida tal reformulação? Que relação se estabelece entre o sujeito-autor-revisor e as distintas versões de um livro seu (justamente, o livro a ser reformulado)? Interessa-nos capturar os modos pelos quais o sujeito se relaciona com saberes da formação discursiva (campo de conhecimento) no interior da qual se inscreve.

Tal como pressupõe toda posição investigativa que se pretenda inscrita no quadro teórico da Análise do Discurso tradicionalmente pecheutiana (AD), defende-se aqui o fato de que é impossível estudar as práticas de linguagem se estas forem dissociadas da sociedade no interior da qual ocorrem. No caso da reformulação de livros, por exemplo, a necessidade de tomar conjuntamente os fatores *prática de linguagem* (ou seja, discurso) e *sociedade* revela-se ainda mais evidente, sobretudo em razão de relações existentes entre a autoria como função de um sujeito e as exigências a este imputadas pela sociedade quanto ao texto produzido.

Constitui-se, pois, enquanto objeto analítico o *processo discursivo* de reformulação de livros, ou seja, reformulações autorais que, efetuadas em livros impressos basilares, incidem sobre *metalinguagem* ao ressignificar conceitos fundantes e implicam *redimensionamento de determinadas parcelas do saber próprio à ciência* no interior da qual o sujeito-autor do livro se situa. Como se pode facilmente constatar desde já, tal modalidade de reformulação nada tem de “capricho” de um único sujeito; muito pelo contrário: ela convoca e atravessa toda uma rede sócio-histórica de práticas discursivas anteriores e simultâneas, as quais, por sua vez, instaurarão as condições para novas práticas.

A FUNÇÃO-AUTOR: DOS ASPECTOS SOCIAIS AOS EFEITOS IDEOLÓGICOS

O que origina, de modo geral, esse processo de reformulação que aqui nos mobiliza é não apenas a rede de práticas discursivas referida mais acima, mas, igualmente, a exigência social que recai sobre o sujeito-autor, visto como responsável pelos livros que figuram sob seu nome. Nessa direção, mais do que sobre a função-autor, as exigências da Formação Social atuam precisamente sobre o que Pêcheux (1975/1988), a partir de Althusser (1975/1987), designa por “evidência do sujeito”, isto é, a evidência de que “eu sou eu”. Logo, é na medida em que o sujeito se reconhece como “eu sou o autor X que, perante a sociedade, responde por um livro Y já desatualizado”, que ele se faz leitor de sua obra desde novo posicionamento ideológico e, então, reescreve um livro que produzira anteriormente (vale dizer: em outra conjuntura sócio-histórica). Lembre-se que a autoria enquanto função assumida por um sujeito é, conforme Orlandi (2007), a que está mais determinada pela exterioridade, ou seja, pelo contexto sócio-histórico: “Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está

mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares” (*idem*, p.75). Ainda segundo Orlandi, “a assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto sócio-histórico” (*idem*, p.76).

A arena de posicionamentos instaurada durante a elaboração da edição revista permite investigar embates discursivos, oscilações, reformulações que fazem ressoar linguisticamente o que é da ordem do ideológico. Antes de prosseguir, porém, impõe-se enfatizar desde já o que se entende, em AD, por “ideologia”, conceito este que costuma ser injustamente mal visto por sujeitos não-inscritos no grupo da Análise do Discurso franco-brasileira. Esclareçamos, portanto, que, no quadro da referida teoria, o termo *ideologia* nada tem de negativo, de subversivo, de distorcido. Podemos dizer, com Pêcheux (1975/1988, p.157), que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos de seu discurso, e o faz de tal modo que “todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer)” [grifos do autor]. Radicalmente atravessada pela alteridade, a ideologia, além de funcionar na constituição do sujeito, direciona – de modo não homogêneo, mas singular – a atribuição de sentidos em uma dada direção (e não outras), direção essa que se faz dissimulada sob a ilusão de evidência, de “naturalidade” do sentido. A ideologia está ligada às formações ideológicas (FIs), que se materializam através das formações discursivas (os domínios de saber). Como apontam Haroche *et al.* (1971), uma formação ideológica constitui um complexo conjunto de atitudes que, situadas num entremeio entre o individual e o universal, se relacionam “mais ou menos diretamente” a posições de classes em conflito umas com as outras. De todo o exposto resulta poder afirmar que esse conflito de posições pode ocorrer no âmbito de uma única formação discursiva, segundo acreditamos acontecer no caso que pretendemos examinar. A ideologia materializa-se no discurso, e este, por sua vez, materializa-

za-se pelo texto. Devemos então distinguir o discurso enquanto objeto *teórico* da AD e o texto enquanto objeto *analítico*, suporte material por que se pode acessar o discurso.

De acordo com Indursky (2001, p.30), o objeto analítico *texto* deve ser tomado como um “espaço discursivo heterogêneo”, visto que ali diferentes discursos, subjetividades, textos encontram-se presentes. Conforme a autora, todo texto aponta para a dispersão: seja a de discursos e posicionamentos no interior de uma formação discursiva, seja a dispersão do próprio sujeito, diante das várias posições que este – interpelado enquanto tal pela ideologia – pode vir a assumir no interior dessa formação discursiva na qual se inscreve.

A assunção da autoria implica, portanto, uma posição do sujeito no contexto sócio-histórico (Orlandi, 2007, p.76). Atravessado por *n* discursos, o sujeito desprende-se de seu lugar de autor, ocupa o lugar de leitor e, a partir daí, reformula o texto desde um novo posicionamento ideológico e uma nova conjuntura sócio-histórica. A função-autor é, pois, exercida a partir do lugar em que o sujeito se faz leitor de si.

A REFORMULAÇÃO DE LIVROS EXAMINADA À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO

O acontecimento enunciativo – concebido por Indursky (2008) enquanto um novo modo enunciativo que, pelo viés da contra-identificação, instaura conflito interno na formação discursiva em que emerge – é inerente à elaboração da edição revista. Portanto, só há edição revista (tal como a temos entendido aqui), porque houve um acontecimento enunciativo que passou a impedir a identificação subjetiva com determinadas parcelas de saber anteriormente formuladas na edição de partida (através do que, conseqüentemente, ele impôs a identificação subjetiva com parcelas outras, “novas”). Nessa perspectiva, as justificativas pela existência da nova edição

(edição revista) viabilizam tangenciar o processo de interpelação que permite ao sujeito apropriar-se de novas parcelas de saber e, num movimento simultâneo, desapropriar-se de parcelas antigas por contra-identificação. Observem-se agora as sequências discursivas de referência (Courtine, 1981) a seguir (metodologicamente, EP remete à edição de partida, e ER, à edição revista):

(SD1)EP - *Este livro reúne ensaios que foram escritos sob grande tensão intelectual e moral. O golpe de Estado de 1964 não me apanhou desprevenido. Todavia, como outros intelectuais, não tive meios concretos para fazer algum tipo de oposição válida e eficaz à ditadura militar, que então se estabeleceu. Onde e quando surgiram oportunidades, procurei aproveitá-las, manifestando o meu inconformismo diante da ruptura com as pequenas e superficiais conquistas do regime democrático em nosso País.* (FERNANDES, 1968, p. 7). [grifos nossos]

ER - Ø

(SD2)EP - Ø

ER - *O texto que se segue é bastante diferente do que, escrito em 1967, figurava sob o mesmo título [...]. A razão disso é dupla: o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira. Mas um texto totalmente novo não poderia mais integrar-se em nosso projeto inicial Preservei, portanto, a intenção geral e o quadro da primeira versão [...], modificando, contudo, o enunciado cada vez que isso se tornou necessário para prestar contas do atual estado da Poética.* (TODOROV, 1976, p. 7) [grifos nossos]

(SD3)EP - Ø

ER - *Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro. Dificilmente haverá seção da Moderna Gramática Portuguesa que não tenha passado por uma*

consciente atualização e enriquecimento [...] (BECHARA, 2005, p.19) [grifos nossos]

Analisemos a SD1, do Prefácio de *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, de Florestan Fernandes, Prefácio esse que figura apenas em EP. O apagamento, na ER, do Prefácio da edição anterior (bem como a inexistência de outro que lhe substitua) caracteriza o apagamento de explicações acerca das condições de produção de cada um dos ensaios que compõem o livro. Relegam-se, pois, ao silêncio a tensão moral/intelectual, o contato com certas pessoas, o grau de recepção em eventos, os objetivos básicos. Diante de tão curto intervalo temporal (1968-1972) entre uma edição e outra, interessamos lembrar que EP foi publicada no mesmo ano em que ocorreu a imposição do AI-5, o qual, marcando o período mais cruel do regime militar, estendeu-se até 1979. Como se vê, também ER não escapou de ser produzida sob a vigência do militarismo, o qual, alegando livrar da corrupção/subversão o Brasil, promoveu indigestos episódios sobretudo no meio acadêmico, onde muitos professores, técnicos, alunos tiveram suas carreiras violentadas, se não estraçalhadas pelo regime ditatorial. Diante de tal contexto, é bastante compreensível que um Prefácio do porte daquele de Fernandes seja apagado em nome de um “silêncio” político favorável à publicação dos ensaios comportados pelo livro em pauta.

Passando agora às SDs 2 e 3, temos em ambas o caso em que o sujeito-autor-revisor pontua claramente sua contra-identificação com o posicionamento que assumira na EP, e, com isto, coloca de modo explícito a nova conjuntura. Nessas duas SDs, figura o alerta de que o texto de ER é, na verdade, outro, diferente daquele da EP e assumido como algo que é, de fato, uma reelaboração. Seguindo a ordem de apresentação das sequências discursivas acima, falemos primeiramente da SD2, cujas formulações provêm da “Nota sobre esta edição”, escrita por Todorov para a edição revista de *Estruturalismo e Poética* (1976).

É dominante, nessa SD, o *lugar de entremeio* de um sujeito-autor-revisor *oscilante* entre dizer do mesmo e dizer do outro, na medida em que há um limite para a diferença, senão o texto já não poderia inscrever-se num “projeto inicial” semelhante ao da versão anterior (pensar a Poética em sua relação com o Estruturalismo). Veja-se a formulação de Todorov (1976): “o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira” (cf.SD2). Constata-se, a partir daí, o fato de que antes mesmo de revelar um compromisso social com o sujeito-leitor e com a produção de conhecimento, o processo de reformulação sinaliza o compromisso do sujeito-autor com sua própria condição. Isto porque tal sujeito só se reconhece como autor se aquilo que ele produz lhe aparece como algo de que se possa enunciar: “faz sentido publicar isso”; ora, EP já não se enquadra mais neste perfil. Já Bechara parece assumir o posicionamento que categoricamente situa a edição revista como um livro verdadeiramente outro. Observe-se a SD3, cujas formulações figuram no Prefácio escrito por Bechara à 37ª edição (a edição revista, justamente) de sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2005). A afirmação de que se trata efetivamente de um outro livro em nada semelhante à edição anterior (como se lê em “verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro”) permite flagrar mais facilmente o novo acontecimento enunciativo que se instaura no interior da FD.

A análise dos distintos posicionamentos assumidos pelos sujeitos viabiliza alcançar o funcionamento da heterogênea forma-sujeito de cada uma das formações discursivas em questão (quais sejam: Sociologia, Poética e Gramática, respectivamente), no modo como esse funcionamento se vê subordinado a condições de ordem sócio-histórica (ideológica, mas também jurídica e mesmo econômica, para citar alguns fatores). Vê-se que Prefácios e Notas do Autor constituem espaços privilegiados para observação das diferentes relações entre sujeitos, livros, saberes. Avançando na reflexão, o fato é que o sujeito não tem como negar que anteriormente cons-

truiu de modo diverso o livro que ali está, e por aí se instaura uma contradição no processo de reformular o texto. Isto porque, se por um lado, é necessária a evidência ideológica de um novo texto homogêneo, por outro, é igualmente necessário desconstruir o efeito-texto da edição de partida (EP) na edição revista (ER) e, ao fazer isto, o sujeito, consciente ou não disso, acaba por igualmente fazer esvaecer o efeito-texto da ER. O fato em pauta é o de que ao explicitar a ocorrência da reformulação, a edição revista abre espaço à deriva de sentidos resultantes de outras relações entre sujeito, língua e história: há outros sentidos em algum lugar, no caso em questão, na EP.

Orlandi (1996b), ao falar a respeito de texto, compara-o a um “bólide”, isto é, a um – citaremos a definição apontada por Silveira Bueno (2000, p.125) – “aerólito, espécie de meteoro ígneo que atravessa o espaço em grande velocidade”. De acordo com Orlandi (1996b, p.14), qualquer modificação na materialidade textual “corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas [ou até com a mesma, enfatizamos], distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade”. É de modificações na materialidade discursiva (modificações linguístico-históricas, portanto) que se tratará a seguir. A leitura comparativa das edições traz logo à tona confrontos de sentidos, e tais confrontos não são outra coisa senão um atestado de que mudaram não só as formas de os sujeitos-autores relacionarem-se com a ideologia, mas a própria conjuntura que marca a produção de conhecimentos. Justificada a existência da edição revista (por meio de prefácio e/ ou nota do Autor), o restante do texto flui então sob a ilusão da homogeneidade. É esta impressão de que o texto corresponde a um todo homogêneo (ou seja, o “efeito-texto”) que será examinada abaixo. Vejamos:

(SD4)EP – Não somos partidários de pôr epígrafes nem títulos nas diversas partes do trabalho. *Contudo, não há*

inconveniente em colocá-los. (Carreter; Lara, 1962, p.67)
[grifos nossos]

ER – Não somos partidários de pôr epígrafes nem títulos nas diversas partes do trabalho. *Isto pode prejudicar a unidade da redação.* (Carreter; Lara, 1963, p.67) [grifos nossos]

Tome-se a SD4, extraída do par de edições (1962; 1963) do *Manual de Explicação de Textos*, de Carreter e Lara. Com base nos parágrafos precedentes, há que se convir que, nessa SD, “Não somos partidários de pôr epígrafes nem títulos nas diversas partes do trabalho” significa diferentemente na EP e na ER; aliás, os posicionamentos que marcam a enunciação são divergentes. Na EP, há um vacilo pelo qual o sujeito-autor, embora não concorde com a colocação de epígrafes, abre espaço à concessão, por meio da formulação sucessora, aquela que inicia com “Contudo, não há inconveniente em colocá-los”. Já na ER, a discordância é radical: no processo de reformulação, o sujeito-autor (agora constituído como sujeito-autor-revisor) fecha aquele espaço da concessão, reafirmando sua discordância na formulação que sucede “Não somos partidários...”, qual seja, “Isto pode prejudicar a unidade da redação”. O enunciado “Não somos partidários...” tornou-se outro, é verdade, devido a um novo posicionamento do sujeito-autor; porém, evidentemente, tal posicionamento não é assim tão significativo ao domínio de saber como um todo. Outro caso, em que o posicionamento de fato o é, será abordado agora. Observe-se a seguinte sequência discursiva de referência:

(SD5)EP – Pelo fato de haver escritura e não mais somente leitura, *a crítica* diz algo que a obra estudada não diz, mesmo que pretenda dizer a mesma coisa. Pelo fato de elaborar um novo livro, *a crítica* suprime aquele de que fala. / *Há graus nessa transgressão da imanência.* / *No caso da descrição, o objeto de estudo é esta ou aquela obra literária particular; o objetivo é permanecer tão próximo quanto possível da obra propriamente dita.* (Todorov, 1970, p.13) [grifos nossos]

ER - Pelo fato de haver escritura e não mais somente leitura, o crítico diz algo que a obra estudada não diz, mesmo que pretenda dizer a mesma coisa. Pelo fato de elaborar um novo livro, o crítico suprime aquele de que fala. / *O que não quer dizer que essa transgressão da imanência não tenha graus. / Um dos sonhos do Positivismo em Ciências Humanas é a distinção, ou seja, a oposição entre interpretação - subjetiva, vulnerável, enfim, arbitrária - e descrição, atividade certa e definitiva. Desde o século XIX, formularam-se projetos de uma "crítica científica" que, tendo banido toda "interpretação", não seria mais que pura "descrição" das obras. [...]* (Todorov, 1976, p.12-13) [grifos nossos]

A SD5, extraída do primeiro capítulo em ambas as edições de *Estruturalismo e Poética*, de Todorov, permite refletir, inicialmente, sobre a questão pessoa/instituição, na medida em que se tome como ponto de partida a mudança de "a crítica" (EP) para "o crítico" (ER). Vê-se um deslocamento do geral, qual seja, a crítica enquanto coletividade, para o mais ou menos específico, a saber, o crítico enquanto um sujeito institucionalmente inserido; aliás, neste caso, um sujeito ocupante de um lugar discursivo que o permite enunciar um posicionamento X em relação a um livro Y. Observando-se, na SD5, a amplitude que não fazemos mais do que esboçar, vê-se a inserção de reflexões sobre o Positivismo, reflexões estas que não figuram na edição anterior visto que ali não havia a preocupação em construir grandes explicações sobre interpretação. Ora, a edição de 1970 (EP) focaliza basicamente a descrição, ao passo que a de 1976 (ER), enfatizando a interpretação, traz em sua materialidade textual os novos saberes costurados por meio de um gancho feito com o que estava sendo dito sobre interpretação; veja-se: "Um dos sonhos do Positivismo em Ciências Humanas é a distinção, ou seja, a oposição entre interpretação - subjetiva, vulnerável, enfim, arbitrária - e descrição, atividade certa e definitiva.". A partir daqui, são inseridas considerações em torno da relação entre ciência, interpretação, obra literária e Poética, numa

busca por esclarecer o objeto e o método próprios a este domínio de saber.

PARA CONCLUIR

Diante de todo o exposto, impõe-se reconhecer o processo discursivo de reformulação de livros como reorganização essencial constitutiva de todo trabalho de produção/ reprodução/ transformação de conhecimentos efetuado por um sujeito que não realiza essa tarefa sozinho, e sim inserido em uma conjuntura sócio-histórica que não só engendra, mas corrobora suas práticas discursivas.

Constatar na ER o diferente entrelaçado àquilo que da EP se repete, normalmente exige comparar longos trechos; mas, ao longo das análises que efetuamos até aqui, buscamos sequências que, apesar de serem “mais breves”, possibilitassem ver a emergência de saberes ausentes da edição de partida. Sendo assim, importando-nos o *como se diz* enquanto ponto de partida para a compreensão do funcionamento da autoria em nosso objeto de reflexão, tivemos o propósito de examinar os mecanismos sócio-históricos, ideológicos subjacentes à (re)textualização de saberes (efetuada por apropriação, reprodução, transformação).

Mesmo situado no interior do confronto entre o que podia/ devia ser dito antes e aquilo que pode/ deve ser dito agora, o sujeito procura construir uma unidade de sentido fechada, da qual os sentidos possam emergir como evidentes, como se não houvessem sido outros. Se, por um lado, a homogeneidade ilusória da ER emerge enquanto condição *sine qua non* de sua leitura, por outro, a análise viabilizou mostrar que a palavra denuncia a equivocidade do sentido; o discurso, a heterogeneidade da formação discursiva; e o novo posicionamento do sujeito, a cisão da ideologia. O novo livro desconstrói a unidade aparente da edição de partida e, ao fazê-lo atestando a incompletude dessa, acaba por acentuar a sua própria.

Referir a reformulação enquanto *processo discursivo* autorizou a inscrever a edição revista, assim como a edição de partida, na historicidade da ordem do discurso e, desse modo, pensar os redimensionamentos internos de domínios de saber. Nessa direção, o *acontecimento enunciativo* (Indursky, 2008), do qual resulta a edição revista, não só fomenta a continuidade do campo de conhecimento no interior do qual surge, mas, sobretudo, instaura novas filiações de sentido e, com isso, reconfigura as redes de memória, fazendo trabalhar as fronteiras do enunciável de uma dada formação discursiva. Pôde-se, pois, entrever através de análises o papel desse acontecimento nas disputas interpretativas das quais a edição revista é o palco privilegiado... até que ela se torne uma edição de partida e também figure no memorial de uma outra edição. A produção de conhecimento, sendo parte de um processo discursivo mais amplo, existe em constante mutação, prova incontestável de que, antes de outra coisa, ela envolve sujeitos e prática de linguagem, enfim, palavras em movimento, discursos.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado* - Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. 3.ed. Trad. por Walter J. Evangelista e M^a Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1987. (Trad. de: *Positions*, 1975)
- COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, *Langages* 62, p.9-127, juin 1981.
- HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, Paris, n.24, p.93-106, 1971.
- INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S.B. (Orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001. p.27-42.

- _____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; CAZARIN, E.; GRIGOLETTO, E. (Orgs.) *Práticas discursivas e identitárias - Sujeito e língua*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p.9-33.
- ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento as formas do discurso*. 4.ed. Campinas: Pontes, 1996a.
- _____. *Interpretação* autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996b.
- _____. *Análise de Discursa* princípios & procedimentos. 7.ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discursa* uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. por Eni P. Orlandi [et al]. Campinas: Unicamp, 1988. (Trad. de: *Les vérités de la Palice*, 1975)
- SILVA, Adriana P. L. V. *Entretexualidade nas fronteiras do enunciável* um olhar sobre o processo discursivo de reformulação de livros. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Dissertação de Mestrado)
- SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Mini-dicionário da língua portuguesa*. ed.rev. e atual. São Paulo: FTD, 2000.

REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

- BECHARA, Evanildo. *Móderna Gramática Portuguesa*. 31.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- _____. *Móderna Gramática Portuguesa*. 37.ed.rev. e ampl., 15.reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CARRETER, Fernando L.; LARA, Cecília de. *Manual de Explicação de Textos - Cursos Médio e Superior*. São Paulo: Centro Universitário, 1962.
- _____. *Manual de Explicação de Textos - Cursos Médio e Superior*. 2.ed.rev. São Paulo: Centro Universitário, 1963.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. Trad. por José P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.
- _____. *Estruturalismo e Poética*. 4.ed. rev. e ampl. cf. ed. franc. de 1973. Trad. por José P. Paes e Frederico P. de Barros. São Paulo: Cultrix, 1976.

ABSTRACT: This article is based on my Dissertation of Master in Science Course (see Silva, 2009) and it takes the discursive process of books reformulation as an analytical object. Once inscribed on the French-Brazilian line of Discourse Analysis, this paper searches for the “genesis” of the mentioned process, by examining, for that purpose, the authorship functioning. The discussion makes possible the explicitation of the relations between books reformulation - responsible for the continuity of sciences - and the social-historical conditions in which such reformulation is done. We take by presupposed the indissociability between language practice (discourse) and society.

Keywords: knowledge; memory domain; event